

A memória social na micro-toponímia de Pontes e Lacerda – MT

Vanessa Fabíola Silva de Faria*

Ana Maria do Nascimento**

Yara Cândida do Nascimento***

Resumo:

Este artigo origina-se de pesquisa desenvolvida no projeto de extensão Reviver. Nosso objeto é pesquisar ocorrência de toponímias paralelas na micro-toponímia de Pontes e Lacerda, especificamente na Vila Guaporé, ou “Vila dos Pretos”. O topônimo paralelo é um registro popular, praticamente ignorado pela administração pública, assim, a entrevista com os moradores mais antigos revela-se produtiva. Inicialmente pensávamos que haveria muitas ocorrências do topônimo paralelo, entretanto, dados iniciais indicam que há apenas uma forma mais relevante, observada na denominação “Vila dos Pretos”.

Palavras-chave: topônimos, toponímia paralela, memória.

Abstract

This article results from a research developed in the Extension Project Reviver. Our object is to research the occurrence of parallel toponym in the micro-toponym of Pontes e Lacerda (MT), specifically Vila Guaporé, or “Vila dos Pretos”. The parallel toponym is a popular register, practically ignored by public administration, so the interview with the older people are productive. Initially we thought there'd have many parallel toponyms, but initial data revealed only one relevant form, observed in “Vila dos Pretos”.

Key-words: toponyms, parallel toponym, memory.

* Bacharel em Letras (Alemão e Português) pela FFLCH – Universidade de São Paulo. Mestranda em Educação, pela FEUSP. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) no campus universitário de Pontes e Lacerda – MT. Coordenadora do Projeto de Extensão Reviver. Participante do Grupo de Estudos Língua, Discurso e Ensino – GELDE, vinculado ao CNPq.

** Licenciada em Letras (Inglês e Português) pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Linguística pela UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) no campus universitário de Pontes e Lacerda. Participante do Grupo de Estudos Língua, Discurso e Ensino – GELDE, vinculado ao CNPq.

*** Graduanda do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), 1º semestre. Bolsista do projeto de Extensão Reviver.

Introdução:

Por que temos que lutar pelos velhos?
Porque são a fonte de onde jorra a essência da cultura, ponto onde o passado se conserva e o presente se prepara. (Eclea Bosi, 1994).

O trabalho, que ora apresentamos neste artigo, resulta de um projeto vinculado ao projeto de Extensão denominado “Reviver”, realizado pela UNEMAT (Universidade do Estado de Mato Grosso), em parceria com a Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda. O objetivo principal da atividade de extensão neste projeto é proporcionar atividades que visem recuperar a auto-estima do grupo composto por membros da terceira idade, buscando fortalecer-lhes a autonomia, nos aspectos físicos e emocionais.

Neste trabalho, partimos da compreensão de que a preocupação com a memória coletiva sempre foi um dos pilares das literaturas de todas as nações, ao longo de sua existência. Mais recentemente, tais preocupações também têm sido mobilizadas para se realizar um levantamento do conhecimento histórico e legitimar a identidade cultural de um povo, o que implica também em reconstruir tradições para se verificar a formação plural do país. A língua, os rituais e os costumes dos inúmeros grupos foram resgatados por diversos escritores e/ou pesquisadores que buscaram reorientar os processos de definição da identidade de um determinado segmento da sociedade, ou de uma coletividade.

Gostaríamos de pensar num trabalho que extrapolasse a discussão que rotula este tipo de trabalho como trabalhos de história local ou mesmo tópicos que se encontram inseridos na disciplina História. Baseando-nos em estudos do cotidiano, conforme de Certeau (1994), é possível delinear uma historicidade das práticas, as quais quando simplesmente descritas parecem ocorrer deslocadas da vivência cotidiana e dessa maneira acabam artificializadas.

Este trabalho será pensado então numa associação entre duas vertentes: a análise lingüística do léxico que nomeia a cidade, os topônimos, analisando-se os movimentos desse processo de nomeação, tais como mudança de nomes de logradouros e bairros, processos de constituição e primeira nomeação. Tal análise deve filiar-se à tradição dos trabalhos em Toponímia, que por sua vez, estão vinculados à Onomástica,

uma das subáreas da Lingüística. Por outro lado, o material histórico será fartamente contemplado em nossa análise. Compreendemos que a Toponímia é um campo interdisciplinar por excelência, o que nos permite transitar por vários campos em nossa atividade de pesquisa.

Inicialmente, pensávamos em trabalhar exclusivamente com os idosos do projeto Reviver, contudo, pareceu-nos que a expansão para outros informantes também poderia proporcionar coleta produtiva de dados. Nos tópicos adiante, ocupar-nos-emos de uma breve descrição do projeto de pesquisa levado a cabo no projeto de Extensão e uma análise dos dados inicialmente obtidos

1. O projeto “Pontes e Lacerda tem histórias para contar”

O projeto “Pontes e Lacerda tem histórias para contar” foi elaborado pela coordenadora do projeto pela UNEMAT, professora Vanessa Faria e suas bolsistas, Yara Cândida Nascimento e Domingas Farias. O objetivo do trabalho é essencialmente trabalhar a partir da memória dos idosos a fim de se reconstituir a história do município, notadamente no que diz respeito à formação dos bairros e sua nomeação, bem como a de logradouros. Acreditamos que seria relevante para o fortalecimento da auto-estima dos participantes do reviver, pois as premissas que balizavam nosso trabalho eram:

- trabalhar com a memória de modo a dar voz aos que historicamente foram silenciados, o que significa na prática, incluir suas ausências e silêncios;

- reconstituir o processo de nomeação dos bairros e logradouros do município, buscando na memória dos participantes do projeto os momentos decisivos do processo de constituição do município.

- valorizar as lembranças dos idosos, atribuindo às memórias o seu grande valor na reconstrução da identidade de uma cidade, de seus contornos.

- recuperar a autoria nas narrativas, compreendendo-se que ao narrar suas histórias, os idosos se constroem sujeitos presentes.

- identificar e valorizar o papel do idoso neste tipo de trabalho: seu papel é o de lembrar, o que dentro de um trabalho mais amplo e sistemático pode significar construir conhecimento, no movimento de construção e reconstrução de histórias;

-trazer à tona um reconhecimento e valorização das situações vividas que serviram como ponto de identificação entre os participantes;

- estabelecer uma relação entre seres socioculturais, suas histórias, emoções, expectativas e possibilidade de trabalho conjunto.

- realizar um levantamento de fotos antigas da região, com o objetivo de reconstruir, imagetivamente, a história da constituição do município;

- realizar levantamento, junto à Secretaria de Obras do Município (ou órgão competente), dos processos que constituíram os bairros e o próprio município;

-contrastar esses documentos, que diríamos parte da ‘história oficial’, com os depoimentos, relatos e imagens (gravuras, fotos, etc...) dos depoentes;

Acreditamos que nosso trabalho se justifica em função da percepção que tínhamos – a partir das vivências nas atividades do Reviver – de que vivemos numa sociedade extremamente exclusiva, tanto mais perverso é o processo quanto mais velho for o sujeito excluído: ele é duplamente penalizado: nem é mais caracterizado como um sujeito produtor, tampouco como reproduzidor. No decorrer do tempo, perdidos em meio às batalhas pela existência e por um lugar socialmente aceito, encontramos memórias e lembranças que, além de constituir traços de ordem sócio-histórica relativos à constituição do município, é fator fundamental para compreendermos elementos de ordem identitária.

A evocação do passado é o argumento que temos para lançar neste trabalho: lembramos o passado para reconstruir o que somos no presente. Compreendermos o valor de nossas ações no passado para compreender um dado além da individualidade do sujeito que rememora: reconstruir, por meio das lembranças, a constituição do município, é promover uma processual e gradual compreensão de que somos todos parte da história, e ao mesmo tempo, indivíduos únicos, de cuja singularidade decorrem ações que podem determinar os fatos.

Além dessa perspectiva, consideramos que as lembranças dos idosos têm um valor preponderante no estudo da constituição do município, não só da análise lingüística dos topônimos que nomeiam cada canto de nossa cidade, mas acreditamos que partindo das lembranças acerca da formação e nomeação dos bairros, contribuimos para construir um conhecimento e para fortalecer a auto-estima daqueles que, no resgate do passado, compreenderão o valor de suas vidas para a história e a consciência de que são portadores de saberes, mesmo que diferentes dos saberes acadêmicos.

O bairro e as ruas tem importância primordial neste trabalho pois, *“o bairro marca a vida e a história do sujeito. Ele representa um modelo de apropriação espacial”*:

Trabalhamos com espaços que se transformaram em lugares, viraram bairros. Os bairros surgiram através de seus nomes, como suportes de construção e reconstrução da memória para as crianças e de reconstrução e construção de memória para os velhos. Esse processo, vindo do nome dos bairros, movimentou a lembrança dos velhos levando às imagens guardadas em baús, gavetas, etc..(...) E para não perder as lembranças é preciso compartilhá-las. Para fazer viver imagens é preciso movimentá-las. (Park, 1996, p.46).

Rememorar a história de uma cidade, de qualquer lugar público, patrimônio de todos que ali também se constituíram nas suas histórias pessoais, permite que se lance nova luz aos sujeitos comuns, mundanos, ordinários, visto que a memória se revela e se realiza por meio deles.

Acreditamos que as possibilidades de trabalho são infinitas, e todas justificáveis, se pensarmos na relevância social e científica que pode trazer para a comunidade acadêmica e não-acadêmica .

A metodologia de trabalho escolhida deve-se, em grande parte, ao eixo temático de nossa proposta. Não querendo dar um espaço exclusivo para os estudos toponímicos, mas querendo também contemplar “a voz dos esquecidos” privilegiamos a coleta de dados por meio de entrevistas com os idosos que residem há mais tempo na região. Em outras palavras, o eixo-temático de nossa proposta, apesar de procurar

abrigar espaço para os estudos lingüísticos (na realização do levantamento e análise dos topônimos) é preponderantemente da recuperação sócio-histórico-cultural do município, e nossa linha de trabalho mestra é a história oral.

Esse viés, de natureza investigativa e interdisciplinar (eis o porquê de sua escolha) proporciona o envolvimento de uma parcela da sociedade excluída de outras iniciativas de trabalho e das linhas de pesquisa por não saberem ler. Acreditamos que na busca da identidade, na participação social e afetiva, no conhecimento e reconhecimento da diversidade sociocultural em que vivemos construímos os alicerces dos princípios da cidadania, o que torna este trabalho para nós, ainda mais especial do que qualquer outra iniciativa no âmbito acadêmico. Mais importante do que o conhecimento que possa vir à tona por meio deste trabalho é o reconhecimento, por parte dos diversos atores, da importância de suas existências na história da constituição do município. Cada existência tem um valor singular e o reconhecimento deste valor é que tentaremos ressaltar neste trabalho, apesar das intenções, eminentemente, acadêmicas e científicas. Acreditamos que com essa volta ao passado proporcionado pela história oral desenvolveremos o respeito e a auto-estima no grupo em que trabalhamos em atividades extensionistas. Por outro lado, nos preocupamos em realizar uma pesquisa em base lingüística, pois o projeto de Extensão é ligado ao curso de Letras.

2. A pesquisa toponímica

A pesquisa em Toponímia integra, conforme já mencionado, os estudos em Onomástica e, neste campo, considera-se o acervo lexical como parte do sistema lingüístico em que é possível ao pesquisador observar o recorte cultural de uma dada comunidade lingüística, pois esses elementos revelam todo um conjunto de visões de mundo e de experiências vivenciadas pelos membros de cada comunidade lingüística, incluindo-se aí suas práticas sociais e culturais. É tarefa deste campo ocupar-se do estudo da significação dos nomes, levando-se em conta fatores de motivação que considerem aspectos geo-históricos, sócio-econômicos e antro-lingüísticos.

Os itens lexicais usados na nomeação, de acidentes geográficos denominam-se topônimos. Esses nomes, bem como o próprio processo da nomeação, constituem o

objeto de investigação na Toponímia, por essa razão, Dick (2002) ressalta que a pesquisa em Toponímia vai além da mera pesquisa etimológica:

O estudo da Toponímia, como o concebemos, representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código lingüístico, principalmente quando procuramos parâmetros para uma abordagem contrastiva. Pesquisas voltadas a essa meta costumam apresentar dificuldades mais do que certas. Implicam não apenas no conhecimento do meio em que os designativos se constroem como, muitas vezes, no conhecimento do meio próximo ou vizinho. Fronteiras políticas nem sempre se circunscrevem às fronteiras lingüísticas; por isso, as influências de uma tipologia denominativa presente em um território podem se fazer sentir em outros sem que o grupo de usuários se dê conta das circunstâncias do emprego.

Deste modo, procuramos a relação proposta pela autora: que o signo lingüístico estabelece com a história e a cultura da região nomeada, partindo do pressuposto de que o estudo toponímico proporcionará a investigação acerca da inter-relação entre o homem, seu ambiente, sua língua e sua cultura, tal como defendido por Sapir (1969: 44). A esse respeito informa-nos Dick:

(...) a história dos nomes dos lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se entrecruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos culturais ou antro-po-culturais. (Dick, 1990:19)

Outro aspecto de grande relevância no estudo toponímico repousa na divergência da célebre noção saussureana de arbitrariedade do signo lingüístico¹. No que tange ao signo toponímico, Dick afirma ser possível acatar, em princípio a noção saussureana de arbitrariedade, contudo é necessário observar também que o mesmo signo toponímico é ao mesmo tempo marcado por uma motivação. Do ponto de vista funcional ele é duplamente marcado:

(...) o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo. (Dick, 1992:18)

Considerando-se então a motivação semântica como a principal característica do signo toponímico, Sousa (2007) considera que a motivação apresenta duplo aspecto: de um lado temos a questão da intenção do denominador na seleção do nome – permeada por fatores subjetivos e objetivos – e por outro lado a etimologia da palavra, questões de ordem semântica ligadas à nomeação, cuja transparência ou opacidade podem apontar diversas origens. Segundo o autor, o estudo toponímico contribui para a recuperação de fenômenos e/ou fatos de ordem físico-geográfica ou sócio-histórico-cultural de uma dada comunidade lingüística que ocupa, ou ocupou, a região ocupada.

2.1 A classificação semântica dos topônimos

Dick (1992) apresenta uma proposta de classificação taxionômica dos topônimos, partindo do conteúdo semântico dos mesmos, relacionados ao componente motivacional que no nome se refletem. O modelo taxionômico de Dick divide-se em vinte e sete taxes que se agrupam ou em função do ambiente – a taxes de natureza física – ou pelos fatores de ordem sócio-histórico-culturais – as taxes de natureza antropocultural. Sua proposição taxionômica pode ser descrita na tabela abaixo:

¹ São vários os autores que discutem essa noção, divergindo sobre a arbitrariedade do signo lingüístico. Especialmente entre os semanticistas, e notadamente, no que tange à dicotomia significante/significado. Vários enfoques teóricos surgiram a partir da divergência da noção de arbitrariedade. Não nos deteremos sobre estas questões, pois compreendemos que configuram um outro objeto de estudo.

Tabela 1. Taxionomia dos topônimos

<p>Taxionomias de Natureza Física</p> <p>Astrotopônimos: referente à corpos celestes</p> <p>Cardinotopônimos: referente à posições geográficas</p> <p>Cromotopônimos: referente à escola cromática</p> <p>Dimensiotopônimos: referente à dimensão de acidentes geográficos.</p> <p>Fitotopônimos: referente aos vegetais</p> <p>Geomorfotopônimos: referente às formas topográficas</p> <p>Hidrotopônimos: resultantes de acidentes hidrográficos</p> <p>Litotopônimos: referentes aos minerais e/ou constituição do solo</p> <p>Meteorotopônimo: referente aos fenômenos atmosféricos</p> <p>Morfotopônimos: referente às formas geométricas</p> <p>Zootopônimos: Relativos a animal (doméstico ou selvagem)</p>	<p>Taxionomias de Natureza Antropo-Cultural</p> <p>Animotopônimos: referentes à vida psíquica e espiritual não pertencentes à cultura física.</p> <p>Antropotopônimos: referentes aos nomes próprios individuais.</p> <p>Axiotopônimos: referente a títulos e dignidades, acompanham nomes próprios individuais.</p> <p>Corotopônimos: referente a nomes de municípios, estados, países ou continentes.</p> <p>Cronotopônimos: indicadores cronológicos.</p> <p>Dirrematopônimos: constituídos por frases e enunciados como: Valha-me Deus (MA).</p> <p>Ecotopônimos: relativos às habitações.</p> <p>Ergotopônimos: refere-se a elementos da cultura material.</p> <p>Etnotopônimos: refere-se a elementos étnicos.</p> <p>Hierotopônimos: relativo a nomes de crenças diversas, subdivide-se em hagiotopônimos (nomes de santos) e mitotopônimos (entidades mitológicas)</p> <p>Historiotopônimos: refere-se a</p>
---	--

	<p>movimentos de cunho histórico-social.</p> <p>Hodotopônimos: referente a vias de comunicação rural ou urbana</p> <p>Numerotopônimos: relativos aos numerais.</p> <p>Poliotopônimos: consitutuem pelos vocábulos vila aldeia, povoação, arraial, mais outro designativo.</p> <p>Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais e pontos de encontro da comunidade.</p> <p>Somatopônimos: metaforicamente remetem às partes do corpo humano ou animal.</p>
--	---

Dick(1990) ainda ressalta que “a exequibilidade de uma terminologia básica só pode ser acolhida, integralmente, a partir de sua comprovação na nomenclatura regional”. A autora também esclarece que seu esforço de elaboração de categorias de análise a partir de uma taxionomia deveu-se à preocupação sempre presente de se evitar uma volta ao passado para se descobrir o significado dos topônimos.

Consideramos, no entanto, que o estudo dos topônimos vai além da mera pesquisa etimológica, além de se procurar descobrir o significado dos topônimos. Considerando-os signos motivados (ao menos no ato da nomeação), faz-se necessário a perspectiva histórica a fim de recuperar os padrões motivadores da nomeação.

2.2 O topônimo paralelo

Vieira (2000) apresenta para os topônimos paralelos a seguinte classificação: os paralelos originais, os oficiosos, ex-oficiais e correlatos. Informa-nos a autora que os paralelos originais seriam criações espontâneas de um determinado aglomerado humano, devido à ausência de uma denominação oficial, normalmente “*expressam a*

*visão do denominador e sua relação com o referente e permanecem mesmo após a nomeação oficial”, os paralelos oficiosos são os originais que passam por reconhecimento oficioso, ou seja, seus nomes aparecem em documentos oficiais sem nunca terem sido oficialmente reconhecidos pela administração pública. Pode acontecer de se tornarem oficiais, como a rua Direita (SP), caso citado pela autora, tendo sua denominação sendo oficializada pelo poder público, num reconhecimento da tradição do enunciado lingüístico. O paralelo ex-oficial caracteriza o topônimo que, embora fosse oficial num dado momento, após sua mudança torna-se paralelo. Um exemplo disso é a Rodovia Padre Manuel da Nóbrega, no litoral paulista, cujo antigo nome oficial, Pedro Taques, ainda convive com o novo nome oficial. Pedro Taques tornou-se, então, um paralelo ex-oficial. Os correlatos correspondem aos topônimos que nascem posteriormente e/ou concomitantemente à nomeação oficial, sua característica mais relevante, segundo a autora é o fato de que “*trazem em seu sema, a relação com o fato social ou físico presente*”.*

A despeito das várias possibilidades de classificação do topônimo paralelo – e na pesquisa de Vieira, isto é relevante em função da abundância de ocorrência no corpus pesquisado – não nos detivemos nessas categorias, pois não são de fundamental importância em nosso trabalho, uma vez que a quantidade de ocorrências revelou-se mínima, apenas uma, notadamente na Vila dos Pretos. Passamos, então, a considerar aspectos relativos ao topônimo paralelo, de um modo geral. Sua principal característica é a sua existência não oficial, de caráter espontâneo, costuma ser de fácil aceitação. Seu uso social é comumente mais restrito do que o topônimo oficial, embora Vieira acredite que possa ocorrer em grandes metrópoles e ser usado por um número muito maior de usuários:

Quando se pensa em toponímia paralela, pensa-se também em um fenômeno capaz de "padronizar" um comportamento lingüístico social, sem que o mesmo tenha sido trabalhado para isso. Até mesmo nas metrópoles há ocorrências de toponímia paralela, dentro de um segmento social, e, nesse caso, o fenômeno atende a milhares de usuários. (Vieira, 2000)

3. A Vila Marechal Rondon: Vila Guaporé ou Vila dos Pretos?

Nosso objeto de estudos, um acidente humano², a Vila Guaporé, tem essa denominação por causa de sua proximidade com o rio que corta a cidade, o Rio Guaporé. Na verdade, a Vila se constituiu à margem esquerda do Rio Guaporé antes mesmo de se chamar Vila Guaporé. A ocupação do território ocorre por volta do primeiro decênio do século XX, por ocasião da instalação do Posto de Telégrafo de Vila Bela, conforme nos informa Lima (2005)

Em 1906 a região, onde hoje se localiza a cidade de Pontes e Lacerda, passou a ser objeto de trabalho da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas, comumente denominada **Comissão Rondon**. Na cidade estava instalada a estação telegráfica da linha variante entre Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade (à época era denominada de Mato Grosso). O encarregado geral dessa estação foi o Sr. Antônio Colombo. O seu filho, Emiliano Coleta da Cunham, atuava como atendente de telefonia, e o Sr. Benedito Francisco da Silva, como guarda da linha. (Lima, 2005:54)

Na verdade, trata-se de um vilarejo construído para atender às demandas do telégrafo, segundo nos informou Dona Bininha, viúva de Antônio Colombo. Oriundo de Vila Bela da Santíssima Trindade, Sr. Antonio se deslocou com sua esposa e filho (ambos já falecidos, Dna. Bininha foi sua esposa em segunda núpcias) para este posto onde não havia nenhuma edificação, a não ser o posto telegráfico. Lugar inóspito, mais ainda do que Vila Bela, que apesar de ser considerada à época um reduto de antigos casarios coloniais abandonados pelos brancos após a decadência do ouro no Vale do Guaporé, ainda parecia menos inóspita do que este vale em meio à região de mata densa e de difícil acesso. Segundo Machado (2006) Vila Bela seria particularmente caracterizada como um espaço de resistência negra, tendo por quase um século apenas moradores negros, ou ainda, em menos quantidade, índios (os Nambiquaras) chamados de Cabixis (termo pejorativo) e os caburéus (mestiços de índios e negros). A comunidade permaneceu habitada apenas por negros (e esse pequeno agrupamento de

² Acidentes humanos são compostos por aglomerações humanas em sua ocupação territorial, ou decorrente de sua ação, tais como municípios, bairros, ruas, vilas, favelas, estradas, etc. em oposição aos acidentes físicos, como, rios, serras, montanhas, córregos, lagos e etc...

mestiços) até a década de 50 do século XX, quando ali chegaram os novos imigrantes, sulistas que ocuparam a região em atividades agropecuárias e formaram segundo a pesquisadora “um núcleo urbano separado (...) nas margens do centro de arquitetura colonial”. O mais interessante fica por conta de uma espécie de mito de origem de Vila Bela, que a qualifica como um espaço que a autora denomina “quilombo às avessas”

Essa caracterização de Vila Bela configura o que nós poderíamos chamar de seu “mito de origem” e podemos ver a velha cidade colonial acentuando hoje essa sua particularidade, entendida como expressão da resistência da comunidade negra, que tomou posse de um território branco. Como um grande quilombo às avessas, instalado nas antigas moradias do colonizador, do seu próprio senhor. Isolada, sobrevivente, adaptada às agruras do sertão, a população ocupou a cidade e fez florescer a sua própria cultura, resultado das influências africanas e portuguesas. (Machado, 2006:9)

Essa região, descrita nesses estudos, dista cerca de 90 quilômetros da região por nós pesquisada. A Vila Guaporé é parte integrante do município de Pontes e Lacerda, tornado distrito de Pontes e Lacerda por meio da lei nº 3813 de 03/12/1976, acompanhando o crescimento do pequeno aglomerado urbano então existente, e posteriormente, município, por meio da lei nº 4167, de 29/12/1979, cf. Lima:

A Lei Estadual nº. 4.167, de 29 de dezembro de 1979, de autoria do Deputado Ubiratan Spinelli e sancionada pelo Governador Frederico Campos, criou o município de Pontes e Lacerda, com território desmembrado do município de Vila Bela da Santíssima Trindade. O Artigo 1º desta lei, diz: *Fica elevado à categoria de Município com o nome de Pontes e Lacerda, o distrito do mesmo nome, criado como unidade integrante do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, pela Lei nº. 3.813, de 03 de dezembro de 1976.* (Lima, 2005:53)

A origem do nome, conforme já observamos, deve-se à proximidade com o Rio Guaporé. Buscamos a origem do nome Guaporé, e encontramos: y'kuá'por'é , do guarani , sua tradução seria: guá, vale, enseada + por'é, onde existe, onde se forma.

Região de vales e rios, cf. Leite (Revista Ave-Maria). Não é de se estranhar a presença de vocábulos de origem tupi nesta região, pois conforme Machado, é provável que a presença de vocábulos de origem tupi podem ser possíveis em função da difusão intensa da língua geral, usada entre os colonizadores:

Embora toda a extensa região de colonização portuguesa ao longo da fronteira, nas águas do Rio Guaporé e seus tributários, fosse reconhecidamente habitada pelos inúmeros grupos Nambiquara (falantes de uma língua isolada), que tinham como seus vizinhos mais próximos a Sudeste os Paresi-Cozárini (aruaque), as expressões cabixi e caburé são consideradas de origem tupi, o que não é impossível, por serem as águas do Juruena também território dos Apicá e Caiabi e **pelo intenso uso da língua geral entre os colonizadores, além da presença expressiva de índios das missões jesuíticas espanholas da Bolívia**. Ainda hoje não é difícil encontrar falantes do guarani entre os habitantes de Vila Bela. (Machado, 2006:11, grifos nossos)

No decorrer desta pesquisa, encontramos um dado inesperado: Vila Guaporé também não é um topônimo oficial. E nunca foi, ao menos pelos registros encontrados na Secretaria de Obras do município. Assim, procuramos saber qual o topônimo oficial, e a informação encontrada é “Vila Marechal Rondon”, sem dúvida uma nomeação motivada pela homenagem ao militar que promoveu o desbravamento das terras do centro-oeste brasileiro e início dos esforços mais sistematizados de ocupação deste território. Ocorre que essa nomeação data da época em que o município foi emancipado, trata-se, portanto, de uma nomeação que ocorre posteriormente às primeiras nomeações.

Entretanto, permanecia a dúvida quanto à outra nomeação paralela: Vila dos Pretos. Interessava-nos descobrir de quem partiu essa nomeação, se do grupo de negros que inicialmente habitou a região, ou se dos imigrantes brancos que aqui chegaram desde os anos 60 e mais intensamente entre as décadas de 70 e 80, motivados pela política expansionista no período militar, que concedeu terras a um custo baixíssimo para colonizar a região, e também de garimpeiros, em função da descoberta de ouro em aluvião, por volta dos anos 70. Inicialmente, acreditávamos que o nome teria sido dado pelos brancos, pois, segundo relatos, o grupo de negros que ali viviam eram “arredios

como os índios, bravos, e não se misturavam”. Dona Bininha, uma de nossas informantes, de 83 anos, em seu relato, afirma que tal denominação teria vindo dos brancos que expandiram a ocupação do território a partir da Vila:

Aquele tempo chamava Guaporé mesmo (...) e depois foi pondo Lacerda e depois Pontes, porque teve que ter ponte (...) A Vila dos Pretos foi o povo que pôs porque a gente morava toda vida lá e tinha só preto ... só pode! Aqui não tinha cidade era só lá [Vila Bela] (...)

Os branco que chegou aqui [é que deram o nome de Vila dos Pretos] Esse povo de Azambuja. Eles que moraram primeiro no barraco da DNER, o nome aqui conhecido no povo era Guaporé, depois eles é que começaram a chamar de Vila dos Pretos. Vieram aqui procurar uma colocação, começaram ali do barraquinho, hoje em dia é dos povo mais rico que tem, e ainda fica falando da gente. Era assim, você vai aonde? Vou ali na vila dos pretos, ah.. vou lá na vila dos pretos, aí foi pegando né? Aí é assim, tem um lugar que tem seu próprio nome, mas põe um apelido, e aí vai pegando, é a denominação popular, né? É porque na época só morava preto mesmo, hoje ta tudo misturado. Mas naquele tempo não tinha mistura não, era preto com preto, branco com branco. Não é como hoje que já tem a mistura, né? (..) Esses Gajardoni chegaram é muito depois.. ih! Lacerda já era gente quando esses Gajardoni chegou, o centro já era asfaltado...Antes só o povo dos Azambuja, e o povo da DNER. O povo da DNER primeiro, depois os Azambuja. Depois a DNER foi embora daqui e o barraco deles ficou.

O relato de dona Bininha não é condizente com as informações coletadas em pesquisas documentais. No PDU (Plano Diretor Urbano) da cidade encontramos informações de que a denominação Vila dos Pretos é contemporânea à instalação do Posto Telegráfico, portanto, quase cinqüenta anos antes do período relatado por Dona Bininha:

Com o surgimento da República (1889), as preocupações de demarcação de fronteira e de maior controle do território nacional, resultam que em 1906 a Comissão de Linhas Telegráficas chefiada pelo então Major Cândido Rondon, ao articularem Vila Bela com o país, instalam às

margens do Rio Guaporé uma estação telegráfica, com mão-de-obra trazida daquele município. Esta estação telegráfica, origina a Vila dos Pretos (atual bairro Guaporé), que seria por muitos anos um dos únicos pontos de povoamento entre Cáceres e Vila Bela. (PDU, 2005:

Apesar da discrepância entre os dados, consideramos que as lembranças, quando narradas, são erráticas, não obedecem exatamente a uma ordem cronológica dos fatos, o que, contudo, não constitui fator impeditivo para a análise do problema, pois, conforme Bosi (1994:37): "A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial."

Observamos também, a partir dos relatos, que a forma "Vila dos Pretos" não é comumente usada entre os mais jovens, ou entre os moradores mais recentes do município. Os jovens nascidos no município até conhecem a denominação, mas não a usam. Segundo a informante, isso provavelmente se deve ao fato de que lá hoje já não se encontram mais apenas negros, ou seja, a Vila, antes um reduto que marcava a guetização desse segmento étnico, agora é um bairro como outro qualquer da cidade. Além disso, há que se recordar o impacto que tem tal denominação em tempos de valorização de atitudes politicamente corretas. Associando esta denominação a manifestações de discriminação racial, é perfeitamente plausível crer que o lento e gradual abandono desta forma se relacione a essas questões. O que confirma a hipótese de que o topônimo paralelo pode estar em vias de desaparecimento.

Conclusão

Nossa pesquisa, ainda em fase inicial, considera neste trabalho apenas o nome paralelo *Vila dos Pretos e Vila Guaporé*, por serem as únicas ocorrências de toponímia paralela no município – até onde pesquisamos – ainda estamos em fase de levantamento dos topônimos das ruas e avenidas do bairro para posterior análise.

No tocante à questão pesquisada, concluímos que a designação paralela é um símbolo transparente, senão não resistiria ao tempo. No caso dos topônimos estudados, considerando-se primeiramente o topônimo *Vila dos Pretos* observamos a presença, na

época da nomeação, do indicativo de referencial, ou seja, a presença de indivíduos negros, aliás, os únicos habitantes do local. A presença do referencial pode também ser considerada um dos fatores de transparência do signo, e, deste modo, a perenidade de sua utilização, mesmo após a denominação oficial. O outro designativo, Vila Guaporé, permanece na memória de todos os entrevistados, que informam desconhecer a denominação oficial “Vila Marechal Rondon”. O padrão motivador, nesse caso, é o rio, referencial sempre presente não só na memória, mas na configuração física do bairro.

Diante dos dados pesquisados, concluímos que a permanência do designativo Vila Guaporé foi favorecida pela presença do referencial, ao passo que o gradual desaparecimento do designativo “Vila dos Pretos” pode estar atrelado a diversos fatores, sem que haja ordens de relevância entre eles: perda gradual da transparência do signo por perda do referencial; o termo paralelo atendia a uma comunidade restrita, e diante do crescimento da cidade já não atende às necessidades designativas de uma comunidade mais ampla de usuários; e por fim, consideremos também a correção política como fator coercitivo de tais denominações: em tempos em que qualquer forma de discriminação pode parar na delegacia mais próxima, os novos usuários evitam o termo. O estudo inicial foi fundamental para mantermos em nosso horizonte questões de grande importância: os topônimos, especialmente os paralelos, revelam fatos de grande relevância social, marcadamente a força da ação e da memória social, indicadores da permanência de um designativo paralelo.

Bibliografia:

ARAUJO, Ruy M. de. **Os tupinismos na formação do léxico português do Brasil**. Acessado em 09/07/2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/revista/40suple/os_tupinismos.pdf

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **“A documentação em Toponímia”**. XXXIV Seminário do GEL. Franca, 1991.

-----. "**Aspectos históricos de Microtoponímia no Brasil**". In: *Separata da Revista de História*, nº 16. São Paulo, 1984

-----. **Toponímia e Antroponímia no Brasil - coletânea de estudos**. 3ª ed. São Paulo : FFLCH/USP, 1992.

DICK, M^a V. Paula do Amaral. **Aspectos da Etnolinguística: a Toponímia carioca e paulistana**. Contrastes e Confrontos. Anais do V Congresso Nacional de Lgtca e Filologia. Estudos de Texto – tradução. Cadernos do CNLF, serie IV, nº 10, disponível em: http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong_vcnlf.html

FERREIRA, J.C.V e SILVA, Pe. José M. **Cidades de Mato Grosso: origem e significado de seus nomes**. Cuiabá: J.C.V.Ferreira, 1998, 144 p.

LEITE, E. Glossário Tupi-guarani. In: Revista Ave-Maria. Acessado em 08/07/2008. Disponível em: <http://www.paty.posto7.com.br/palavrastupiguarani.htm>

LIMA, J. Leonildo. História. In: PDU (Plano Diretor Urbano, v. II). Arquivo digitalizado em CD.

MACHADO, M^a de Fátima R. **Quilombos, Cabixis e Caburés: índios e negros em Mato Grosso no século XVIII**. 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. Acessado em: 09/07/2008, disponível em:

PARK, M. Brandini. **Memória, educação e cidadania: tecendo o cotidiano de creches e pré-escolas de Itupeva**. Campinas, Centro de Memórias da Unicamp, 1996.

_____. **Memória e movimento na formação de professores: prosas e histórias**. Campinas/SP: Ed. Mercado de Letras, 2000.

Pontes e Lacerda (Município). **Plano Diretor Urbano**. Arquivo digitalizado em CD.

SAPIR, Edward. **Linguística como ciência**. Rio de Janeiro : Livraria Acadêmica, 1961.

SOUZA, A. M. **Geografia e Linguística. Intersecções no estudo toponímico**. Revista Geográfica, nº 03, 2007, pgs. 115-128.

VIEIRA, Zara Peixoto. **Estudo Onomástico do Município de Socorro: reconstituição dos antropônimos e da memória da imigração.** Dissertação de Mestrado. São Paulo : FFLCH/USP, 2000.

_____. **Reflexos da memória social na toponímia de Socorro.** V Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Estudos de Texto – tradução. Cadernos do CNLF, serie V, nº 02, disponível em http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais/cong_vcnlf.html.